

Brasil pode provocar reclassificação de créditos

09 JUN 1990

ESTADO DE SÃO PAULO

A hipótese é tecnicamente possível, porque o País não paga débito de longo prazo

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — A reclassificação dos empréstimos de longo prazo dos bancos americanos ao setor público brasileiro (cerca de US\$ 17 bilhões) é considerada pouco provável nos meios oficiais familiarizados com o tema. A hipótese da reclassificação, que forçaria os bancos a alocar reservas específicas para seus ativos brasileiros, não está afastada do ponto de vista técnico, porque o Brasil não paga os juros da dívida de longo prazo aos bancos desde meados do ano passado. A instabilidade recente de partes do sistema bancário americano poderia também levar os reguladores a

recomendar a reclassificação, para proteger sua credibilidade.

Fontes bem-informadas disseram, no entanto, que a reclassificação, agora, é pouco provável porque ela causaria mais danos do que benefícios. Assim, o programa de reforma econômica já iniciado pelo governo, e a disposição do País de entrar em negociações com o Fundo Monetário Internacional e retomar o diálogo com os bancos deverão pesar fortemente na decisão.

A reclassificação, neste momento — disseram as fontes —, faria pouca diferença para a solidez do sistema financeiro americano, porque, com exceção do Citicorp, a maioria dos grandes bancos americanos já está com seu risco brasileiro garantido por amplas reservas. Por outro lado, ela em nada contribuiria para melhorar as relações do País com seus credores externos pri-

vados. Ao contrário, envenenaria o ambiente e tornaria o processo de normalização dos pagamentos brasileiros aos bancos ainda mais difícil, comprometendo as chances de o maior devedor do Terceiro Mundo negociar um acordo de redução da dívida sob o patrocínio da estratégia americana, o chamado Plano Brady. Mais importante ainda, uma decisão desse tipo seria interpretada como um claro voto de desconfiança de Washington na política econômica do governo Collor, algo que a administração Bush, interessada no sucesso do programa de reforma econômica brasileira, não parece prestes a fazer.

A possibilidade da reclassificação foi usada nas últimas semanas pelos bancos credores como uma inevitabilidade para pressionar o governo brasileiro a reiniciar de imediato os pagamentos de juros da

dívida. Os bancos indicaram que, se a reclassificação viesse, muitos deles cortariam as linhas de curto prazo que sustentam uma parte importante das operações das 15 agências de bancos brasileiros nos EUA. Preocupados, estes disseram ao governo que as linhas de curto prazo são o calcanhar-de-aquiles do Brasil nas suas relações com os credores.

CONTRASTE

Na semana passada, quando a Argentina anunciou que retomaria as negociações com o comitê dos bancos credores e faria um pagamento simbólico de juros, um representante do comitê fez questão de chamar a atenção para o contraste entre a atitude do governo de Buenos Aires e a decisão brasileira de não reiniciar os pagamentos de imediato, simplesmente em função

da Interagency Contry Exposure Resk Committee (Icerc). Na quinta-feira, a Argentina retomou os contatos com os bancos e fez um pagamento de US\$ 40 milhões, uma fração dos US\$ 6,3 bilhões de juros atrasados que acumulou nos últimos dois anos. Significativamente, diante do modesto montante pago, nenhum banqueiro animou-se a fazer comparações com o Brasil, que tem menos atrasados do que a Argentina — entre US\$ 5,3 e US\$ 5,7 bilhões.

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, que tem mantido frequentes contatos com as autoridades econômicas americanas sobre o assunto, não se impressionou com a pressão dos credores e, a confirmar-se a disposição de Washington de não reclassificar os ativos brasileiros, parece prestes a marcar um importante tento políti-

co nas relações com os grandes bancos norte-americanos.

A decisão começa a ser tomada segunda-feira pela Icerc, uma comissão composta por representantes das três agências federais encarregadas da supervisão dos bancos nos EUA, o Federal Reserve Board (Banco Central), o Comptroller of the Currency (superintendente da Moeda) e a Federal Deposit Insurance Corporation (que garante os depósitos bancários). Os nove integrantes da comissão se reunirão na sede do Federal Reserve Board para analisar o crédito e o potencial de pagamento de cerca de 20 países. Depois de discutir cada caso, os representantes farão uma recomendação a seus superiores e estes, tomando em consideração fatores políticos, tomarão a decisão final, que será comunicada aos bancos por carta, em aproximadamente três semanas.